

Atos Oficiais

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

LEI Nº 6.910, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre as diretrizes para implementação do Programa de Segurança Pública Municipal “Escudo Digital” por meio do Sistema de Monitoramento Inteligente por uso de câmeras denominado “Sistema Detecta”, na Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador Alan Sousa Bomfim)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Estabelece, nos termos desta Lei, as diretrizes para a implementação do Programa de Segurança Pública Municipal “Escudo Digital” por meio do Sistema de Monitoramento Inteligente por uso de câmeras denominado “Sistema Detecta”, na Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art.2º O Programa de Segurança Pública Municipal adotará as seguintes diretrizes:

I - Estratégias de segurança pública municipal, visando diminuir os índices de criminalidade decorrentes do tráfico de drogas, roubos, furtos, danos, homicídios, violência em geral, entre outros crimes e contravenções decorrentes das ações típicas da criminalidade local;

II - Estratégias de Segurança Pública Escolar, com a finalidade de coibir ações criminosas no ambiente escolar, como: tráfico de entorpecentes, dano ao patrimônio público, violência contra o corpo docente, discente e servidores das escolas, entre outros;

III - Estratégias para a redução dos índices de homicídios e demais crimes violentos na circunscrição do município;

IV- Monitoramento das ações de prevenção em segurança pública municipal, através da intensificação de patrulhamento preventivo;

V- Utilização dos mecanismos de vídeo monitoramento, a fim de contribuir para a redução de ações delituosas, assim como zelar pela segurança no município;

VI - Fortalecimento das ações do Programa Patrulha Maria da Penha, para o acompanhamento das medidas protetivas judiciais e, conseqüentemente, contribuir para a redução dos índices de violência doméstica contra a mulher no âmbito do nosso município;

VII - Fortalecimento da rede de proteção aos grupos vulneráveis;

VIII - Contribuição com a preservação do patrimônio público municipal;

IX - Contribuição para a proteção do patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do município;

X- Aprimoramento da governança e a gestão das políticas, dos programas e dos projetos de segurança pública.

Art.3º Fica o município da Estância Turística de Ribeirão Pires autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, visando à adesão ao Sistema Detecta de acesso exclusivo aos dados de interesse da segurança pública e de cooperação entre os órgãos públicos.

Art.4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 13 de novembro de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR
Secretária de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

Processo Administrativo nº 5011/2023-PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

Edital de Notificação

Fica a senhora Maria José Agrício dos Santos, RG desconhecido, CPF desconhecido, Residente à Estrada de Sapopemba 8009 – Bairro Tecelão, Ribeirão Pires - SP, cientificada dos termos do Auto de Infração Ambiental de número 666, anexo em folhas 16 do Processo Administrativo nº 5756/2023, ao que segue:

AIA 666

Local: Estrada de Sapopemba 8009 – Bairro Tecelão, Ribeirão Pires, SP. Imóvel de CCI 3007304.

Base Legal

Fica vossa senhoria cientificada, dos termos do Processo Administrativo 5756/2023 Auto de Infração Ambiental número 666, acerca de maus tratos a animais, sendo eles: dois cães, doze galinhas, dois patos e dois galos em imóvel de sua responsabilidade, estando em desacordo com o Artigo 36, § 4º, Inciso I da Lei Municipal 6802/2023.

Fica o Autuado ciente que o prazo para Recurso Administrativo, a contar desta data, é de 15 (Quinze) dias, findo o qual, automaticamente o Auto fica convertido em multa de R\$ 97.380 referente a 18 (dezoito) espécimes, além da apreensão dos animais.

Fiscalização Ambiental

Câmara Municipal de Ribeirão Pires

Decreto Legislativo N.º 0984/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora MARIA APARECIDA DA COSTA CORDEIRO, pelos Relevantes Serviços Prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora **Maria Aparecida da Costa Cordeiro**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0985/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora DALILA MEDEIROS DANTAS MANERA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora **Dalila Medeiros Dantas Manera**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0986/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor DANIEL BERNARDO DAS NEVES, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Daniel Bernardo Das Neves**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023. **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0987/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor LUCIANO JOSÉ DIAS, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **LUCIANO JOSÉ DIAS**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0988/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor DONIZETE PEREIRA DE SOUSA BRANDÃO, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Donizete Pereira de Sousa Brandão**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0989/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor DORIVAL MANERA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Dorival Manera**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0990/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor CLEISON DOS SANTOS DE SOUZA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Cleison dos Santos de Souza**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0991/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor CICERO HENRIQUE DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Cicero Henrique Da Silva**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0992/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor HENRIQUE DIAS MARINHO, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Henrique Dias Marinho**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC****

Decreto Legislativo N.º 0993/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: **Concede o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora JESSICA NAHY SHEHADY BASSETTO, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima**

Senhora Jessica Nahy Shehady Bassetto, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 Vereador Paulo César Ferreira PC

Decreto Legislativo N.º 0994/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora JULIANA SHEHADY FIGUEIREDO, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA)

Art. 1º- Fica concedido o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora **Juliana Shehady Figueiredo**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º -** A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada. **Art. 3º -** As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º -** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC**

Decreto Legislativo N.º 0995/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora ELENICE BATISTA DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA Art. 1º- Fica concedido o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora **Elenice Batista Da Silva**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º -** A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada. **Art. 3º -** As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º -** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC**

Decreto Legislativo N.º 0996/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora LÉIA BRANDÃO DE SOUZA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora **Léia Brandão De Souza**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º -** A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada. **Art. 3º -** As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º -** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC**

Decreto Legislativo N.º 0997/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor MARCELO FERREIRA PINHEIRO, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Marcelo Ferreira Pinheiro**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º -** A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º -** As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º -** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC**

Decreto Legislativo N.º 0998/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor MARCIO JOSÉ DE OLIVEIRA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Marcio José De Oliveira**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º -** A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º -** As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º -** Este Decreto Legislativo entra em

vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC**

Decreto Legislativo N.º 0999/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora MARIA HELENA DA PAIXÃO STACHOWSKI, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadã Ribeirão-pirense à Ilustríssima Senhora Maria Helena Da Paixão Stachowski, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 Vereador Paulo César Ferreira PC

Decreto Legislativo N.º 1000/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor LEANDRO ALVES DE FIGUEIREDO, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor Leandro Alves De Figueiredo, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 Vereador Paulo César Ferreira PC

Decreto Legislativo N.º 1001/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor PEDRO LUIS VENTURA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor Pedro Luis Ventura, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 Vereador Paulo César Ferreira PC

Decreto Legislativo N.º 1002/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor MAURO PELLEGRINI, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor Mauro Pellegrini, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 Vereador Paulo César Ferreira PC

Decreto Legislativo N.º 1003/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor ROGÉRIO DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor Rogério da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023. Vereador Paulo César Ferreira PC

Decreto Legislativo N.º 1004/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor RUBENS DE

ALMEIDA SOUSA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Rubens De Almeida Sousa**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC**

Decreto Legislativo N.º 1005/2023 VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor EDVALDO SOARES FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador DIOGO MANERA) Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirão-pirense ao Ilustríssimo Senhor **Edvaldo Soares Ferreira**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **Art. 2º** - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. **Art. 3º** - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. **Art. 4º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Roberto Bottacin Moreira", 30 de novembro de 2023 **Vereador Paulo César Ferreira PC**

O Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Resolução: **Resolução N.º 0969/2023 A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU: CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Do Objeto Art. 1º** Esta Resolução regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, determinando as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal. **Da Designação Do Agente de contratação Art. 2º** O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. § 1º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo três membros, designados nos termos do disposto no art. 5º e no art. 10 desta Resolução, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021. § 2º A autoridade competente poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles. **Da Equipe de Apoio Art. 3º** A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela autoridade competente, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 10. **Parágrafo único.** A equipe de apoio poderá ser composta por terceiros contratados, observado o disposto no art. 13. **Da Comissão de Contratação Art. 4º** Os membros da comissão de contratação e os respectivos substitutos serão designados pela autoridade competente, observados os requisitos estabelecidos no art. 10. §1º A comissão de que trata o *caput* será formada por agentes públicos indicados pela administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, de examinar e de julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares §2º A comissão de que trata o *caput* será formada por, no mínimo, três membros, e será presidida por um deles. **Art. 5º** A comissão de contratação será composta, por no mínimo, três membros, preferencialmente, servidores efetivos pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para o assessoramento técnico **Art. 6º** Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação. §1º A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no *caput* assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação. §2º A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado. **Dos Gestores e Fiscais de Contratos Art. 7º** Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela Autoridade Máxima, para exercer as funções estabelecidas no art. 21 ao art. 24, observados os requisitos estabelecidos no art. 10. §1º Para o exercício da função de gestor e de fiscal de contratos os agentes indicados deverão ser formalmente identificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação. §2º Na designação de que trata o *caput*, serão considerados: I- A compatibilidade com as atribuições do cargo; II- A complexidade da fiscalização; III- O quantitativo de contratos por agente público; e IV- A capacidade para o desempenho das atividades. §3º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021. §4º Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou do fiscal do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições

de gestão e de fiscal caberão, excepcionalmente, ao responsável pela designação, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão.

§ 5º Excepcionalmente será possível a acumulação pelo mesmo agente público das funções de gestor e fiscal de contrato. **Art. 8º** Os fiscais de contratos poderão ser assistidos, subsidiados e assessorados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 26. **Dos Requisitos para a Designação Art. 9º** O agente público designado para o cumprimento do disposto nesta Resolução deverá preencher os seguintes requisitos I- Ser, preferencialmente, servidor efetivo dos quadros permanentes da Câmara Municipal; II- Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e III- Não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil. § 1º Para fins do disposto no inciso III do “caput”, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão evidencie significativa probabilidade de novas contratações § 2º A vedação de que trata o inciso III do caput incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento. § 3º Os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados, preferencialmente, dentre servidores efetivos dos quadros permanentes da Câmara Municipal **Art. 10.** O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público. § 1º Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico. § 2º Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, observado o disposto no § 3º do art. 8º. **Do Princípio da Segregação das Funções Art. 11.** O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação. Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput I- Será avaliada na situação fática processual; e II- Poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão: III- Da consolidação das linhas de defesa; e IV- De características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação. **Das Vedações Art. 12.** O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 **CAPÍTULO II DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO Da Atuação do Agente de Contratação Art. 13.** Caberá ao agente de contratação, em especial: I- Tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário; II- Providenciar a minuta do Edital da licitação a ser analisado pelo corpo jurídico do órgão; III- Providenciar as documentações requisitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e demais órgãos de fiscalização e controle internos e externos, bem como sanar as dúvidas que possam surgir; IV- Acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratações de que trata a Resolução referente ao Plano Anual de Contratações seja cumprido, observando, ainda, o grau de prioridade da contratação; e V- Conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações: VI- Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário; VII- Verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital; VIII- Verificar e julgar as condições de habilitação; IX- Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e X- Encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso: a) Os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e b) Os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; XI- Negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado; XII- Indicar o vencedor do certame; XIII- Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; XIV- Encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação. § 1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 4º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe. § 2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá priorizar o acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual. § 3º Na hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos, de anteprojetos, de termos de referência e da pesquisa de preço. § 4º Para fins do acompanhamento de que trata o inciso IV do “caput”, o Setor de Compras enviará ao agente de contratação o relatório de riscos, com atribuição ao agente de impulsionar os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício. § 5º Observado o disposto no art. 10 desta Resolução, o agente de contratação poderá delegar as competências de que tratam os incisos I e IV do “caput”, desde que seja devidamente justificado. § 6º O não atendimento das diligências requisitadas pelo agente de contratação por outros agentes públicos da Câmara Municipal, deverá ser justificado formalmente e encartado nos autos de contratação § 7º As diligências de que trata o § 6º observarão as normas internas da Câmara Municipal, inclusive quanto ao fluxo procedimental. **Art. 14.** O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno. § 1º O auxílio de que trata o caput se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão quanto ao fluxo

procedimental. § 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterá, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida. § 3º Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas do Sistema de Controle Interno e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratações. § 4º Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico de controle interno. **Da Atuação da Equipe de Apoio Art. 15.** Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições. Parágrafo único. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, nos termos do disposto no art. 14. **Do Funcionamento da Comissão de Contratação Art. 16.** Caberá à comissão de contratação: I-Substituir o agente de contratação, observado o disposto no art. 13, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no § 1º do art. 2º e no art. 9º; II- Sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e III- Receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, observados os requisitos estabelecidos em regulamento. Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do “caput”, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão. **Art. 17.** A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle, nos termos do disposto no art. 14. **Das Atividades de Gestão e Fiscalização de Contratos Art. 18.** Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se: I - Gestão de contrato – acompanhamento dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Compras para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, e dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e, II - Fiscalização do Contrato - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração. **Parágrafo único.** As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único. **Art. 19.** Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos na Resolução para a execução das atividades de gestão e de fiscalização dos contratos, de que trata o artigo 18. **Parágrafo único.** Em caráter excepcional, mediante justificativa da Autoridade Competente, as atividades de gestão e fiscalização de contrato poderão ser executadas pelo mesmo agente público. **Do Gestor de Contrato Art. 20.** Compete ao gestor do contrato, e no seu afastamento ou impedimento, ao seu substituto, em especial: I– acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual; II– ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, de seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes; III– fazer constar do processo administrativo correspondente as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído; IV– executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos; V– expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços; VI– encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização; VII– verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato; VIII– atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste; IX– manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso; X– manter o controle do prazo de vigência e da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso; XI– dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração; XII– verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato; XIII– verificada a existência de qualquer infração contratual, constatada pelo gestor ou apontada pelo fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente; XIV– apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato; XV– executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação, onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias

da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário; XVI– emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratadas, ouvido o fiscal do contrato; XVII– repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo Plano Anual de Contratação; XVIII– exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa. **Parágrafo único.** O gestor de contratos, no exercício das competências previstas no *caput* deste artigo será auxiliado pelo Setor de Compras para a instrumentalização dos atos previstos. **Do Fiscal Técnico Art. 21.** Caberá ao fiscal do contrato e, no seu afastamento ou seu impedimento legal, ao seu substituto, em especial: I– acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados; II– recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento previstos no termo de contrato, conferi-los e encaminhá-los ao gestor do contrato; III– verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato; IV– manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza; V– consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências; VI– propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato; VII– exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa. VIII- prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras; IX- Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção; X- realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 22, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. **Do Recebimento Provisório e Definitivo Art. 22.** O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal e o recebimento definitivo do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente. **Parágrafo único.** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. **Do Terceiros Contratados Art. 23.** Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto nesta Resolução, será observado o seguinte: I- A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e II- A contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado. **Do Apoio dos Órgãos de Assessoramento Jurídico e de Controle Interno Art. 24.** O gestor do contrato e o fiscal serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato, conforme o disposto no artigo 14 desta Resolução. **Das Decisões sobre a Execução dos Contratos Art. 25.** As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico. § 1º O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado. § 2º As decisões de que trata o *caput* serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências. **CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 26.** Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria-Geral, que poderá expedir normas complementares para a execução desta norma, bem como disponibilizar informações adicionais. **Art. 27.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 30 DE NOVEMBRO DE 2023. **Vereador Paulo César Ferreira PC Presidente da Câmara**